



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CPMI-PETRO

**Requerimento
Nº 750/14**

REQUERIMENTO Nº DE 2014

(Do Senhor Carlos Sampaio)

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam CONVOCADOS os senhores Marcos Valério, Ronan Pinto, Enivaldo Quadrado, João Vaccari Neto e Gilberto Carvalho para a realização de ACAREAÇÃO com o fim de confirmar o teor do depoimento de Marcos Valério sobre as ameaças de Enivaldo Quadrado ao Partido dos Trabalhadores (PT) relativas à morte de Celso Daniel.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de convocação dos senhores Marcos Valério, Ronan Pinto, Enivaldo Quadrado, João Vaccari Neto e Gilberto Carvalho para a realização de ACAREAÇÃO com o fim de confirmar o teor do depoimento de Marcos Valério sobre as ameaças de Enivaldo Quadrado ao Partido dos Trabalhadores (PT) relativas à morte de Celso Daniel.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 17/04/14

As 13:00

JUSTIFICAÇÃO

Romilson Prado
Secretário
Matr. 228130

A acareação entre Marcos Valério, Ronan Pinto, Enivaldo Quadrado, João Vaccari Netto e Gilberto Carvalho faz-se necessária para que possamos esclarecer os fatos levantados pelo depoimento de Marcos Valério sobre o pagamento de propina pela cúpula do PT para que não fossem esclarecidos os fatos que envolvem a morte de Celso Daniel.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conforme reportagem da Revista Época, em 12/09/2014:

"Dois Enredos, os mesmos personagens. Um depoimento exclusivo revela o elo entre os escândalos do mensalão e da Petrobras

Empresário conta à polícia como o ex-deputado José Janene, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef levaram para a estatal parte do esquema do mensalão

HUDSON CORREA E RAPHAEL GOMIDE

12/09/2014 23h33 - Atualizado em 12/09/2014 23h50

Kindle

inShare1

Os dois períodos de Lula na Presidência foram marcados por crescimento econômico, disseminação de programas sociais – e também por dois grandes escândalos de corrupção. No primeiro mandato, reinou o mensalão. Ele acabou na prisão de seus principais operadores e articuladores, depois de julgados e condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No segundo mandato – soube-se nos últimos meses, por meio de investigações da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) –, floresceu um esquema de pagamento de propina em troca de contratos bilionários com a Petrobras (leia detalhes na reportagem da página 36), esquema que continuou durante o governo de Dilma Rousseff. Neste momento, as autoridades investigam a conexão entre os dois escândalos. Já se sabia que parte da estrutura financeira do mensalão fora usada no esquema da Petrobras. As últimas investigações vão além da questão financeira e se debruçam sobre os personagens comuns aos dois enredos. O ex-deputado federal José Janene (que morreu em 2010), o doleiro Alberto Youssef e o executivo Paulo Roberto Costa aparecem no mensalão e no esquema da Petrobras.

ELO

O ex-deputado José Janene, que morreu em 2010. Em depoimento, o empresário Hermes Magnus afirma que o esquema de propina da Petrobras foi uma "extensão do mensalão" (Foto: Montagem sobre foto de Lula Marques/Folhapress)

Um depoimento dado no dia 22 de julho deste ano – revelado por ÉPOCA em primeira mão e disponível em vídeo em epoca.com.br –, ajuda a detalhar o papel dos atores que participaram dos dois esquemas. O autor do depoimento é o empresário Hermes Freitas Magnus, de 43 anos. Ele reafirma a participação do mensaleiro Janene – deputado do PP que, em troca de apoio político, embolsou R\$ 4,1 milhões do mensalão petista – como figura central que liga os dois escândalos. Magnus foi sócio de Janene – e, segundo diz no depoimento, frequentava sua casa e ouvia confidências dele. Segundo Magnus, o esquema da Petrobras "era a extensão do mensalão, um cala-boca para que (Janene)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

permanecesse quieto". Janene sempre dizia, segundo o depoimento de Magnus, que poderia "derrubar Lula", porque sabia do esquema do PT tanto quanto o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado por corrupção (assista ao trecho no vídeo abaixo).

Segundo Magnus, na hierarquia dos dois esquemas, Janene estava acima do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. De acordo com o depoimento de Carlos Alberto Pereira da Costa, advogado de Youssef – revelado com exclusividade na última terça-feira por epoca.com.br –, foi Janene quem apresentou Youssef a Paulo Roberto. O trio operou junto em dois momentos. Youssef ajudou Janene a lavar o dinheiro do mensalão. Ainda no primeiro mandato de Lula, Janene indicou Paulo Roberto à Diretoria de Abastecimento da Petrobras. No segundo mandato de Lula, os três operaram juntos no esquema da Petrobras. Investigações da Operação Lava Jato revelam que Youssef intermediava pagamento de propina na estatal. Por meio de empresas de fachada, Youssef recebia dinheiro de empreiteiras interessadas em assinar contratos com a Petrobras. Usando um emaranhado de depósitos bancários feitos por laranjas, fazia o suborno chegar a Paulo Roberto, o homem que tinha a caneta para fazer as contratações – e, agora preso, começa a entregar os participantes do esquema. Enquanto isso, Janene, por ser guardião dos segredos do PT, ganhava espaço na Petrobras. Ele continuou como deputado apenas no início do segundo governo Lula. Por causa de uma doença no coração, Janene arrancou em 2007 uma aposentadoria por invalidez na Câmara dos Deputados, embora já respondesse à acusação de receber dinheiro do mensalão. Continuou ativo na política, agindo nos bastidores.

O relato que Magnus fez à Justiça Federal revela o grau de influência dele na Petrobras. "Lá, mando eu", costumava dizer Janene, conforme o relato de Magnus – embora houvesse outros partidos e esquemas na Petrobras. "Alguns deputados federais queriam falar com diretores da Petrobras sem a intervenção de José Janene, e não conseguiam. Então, entravam em contato com Janene pelo telefone", afirmou Magnus. Ele disse ainda que presenciou uma performance debochada de Janene ao telefone. Ele ironizava um parlamentar que tentara contato sem sua ajuda. "E aí, a espera tá grande?" Segundo Magnus, Janene tinha "acesso livre" e intermediava negócios entre a Petrobras e empresas de grande porte, como as construtoras Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. Ele não deu detalhes que possam identificar que tipos de contrato seriam ou se houve algum tipo de ilegalidade. Procurada, a construtora Queiroz Galvão afirmou que não há "irregularidades nem ilegalidades" em seus contratos, que são negociados "dentro das regras estabelecidas pela legislação e sem a intermediação de terceiros". A Camargo Corrêa disse que só presta serviços à Petrobras por meio de licitações públicas.

SEGUNDO ESCALÃO

O doleiro Alberto Youssef. De acordo com Hermes Magnus, ele estava um degrau

3



CÂMARA DOS DEPUTADOS

abaixo de Janene na hierarquia do esquema (Foto: Joedson Alves/Estadão Conteúdo)

Magnus começou a contar o que sabia à Polícia Federal ainda em 2009, quando o escândalo de corrupção na Petrobras ainda era desconhecido. Concluiu a história com riqueza de detalhes no depoimento de julho passado. Ele parece ter credenciais para falar. A Operação Lava Jato teve início justamente a partir da investigação sobre um negócio de Magnus com Janene. De acordo com o MPF, Janene lavou dinheiro do mensalão ao investir parte da quantia recebida na Dunel Indústria e Comércio, fabricante de componentes eletrônicos que pertencia a Magnus. Janene usou a empresa de fachada CSA Project Finance, uma sociedade mantida pelo doleiro Youssef, para aplicar R\$ 1,16 milhão dos R\$ 4,1 milhões que ganhara no mensalão na Dunel. Isso ocorreu em julho de 2008.

Era mais um golpe aparentemente perfeito idealizado por Janene. Magnus tinha as características de vítima ideal para operadores experientes do mercado negro. Sua firma de eletrônicos automotores precisava de dinheiro para crescer, e ele buscava um investidor. Janene e Youssef estavam atrás de uma oportunidade para esquentar dinheiro frio de corrupção. O primeiro encontro com Magnus foi em junho de 2008, na sede da CSA, em bairro nobre de São Paulo. Acompanhado de Youssef, o afável Janene – já ex-deputado – chegou abraçando afetuosamente o futuro sócio, ou melhor, a futura vítima. O doleiro e o mensaleiro traziam soluções rápidas e práticas, quase um sonho para quem precisava de uma injeção de capital. “Olha, podemos viabilizar seu negócio: se quiser dinheiro do Estado do Espírito Santo para cima, tenho a opção do Banco do Nordeste. Se não quiser se meter com banco, temos uma solução mais tranquila, um recurso nosso. Se quiserem, coloco 1 milhão de início”, disse Janene.

As imagens do depoimento obtidas por ÉPOCA mostram que, no momento em que Magnus conta essa história, Youssef senta-se ao lado do advogado dele e, apontando para Magnus, reclama: “Ele está mentindo, ele é mentiroso”. O juiz Sérgio Moro, que ouvia Magnus, interrompe Youssef. Ele só se cala quando é ameaçado por Moro de ser retirado da sala. Em pouco tempo, Magnus foi aliado da Dunel e virou, como ele mesmo se definiu, uma espécie de zumbi na firma. Os equipamentos encomendados não chegavam, e a produção emperrava. Ao consultar um advogado, Magnus descobriu que estava no meio de uma trama de lavagem de dinheiro. Resolveu procurar a PF para contar o que sabia. Afirmar que Janene o ameaçou de morte e que, na época, um incêndio misterioso destruiu uma casa dele.

Youssef, mais uma vez, se deu bem. Lavou o dinheiro para Janene e, ainda naquele ano de 2008, estreitou relações com Paulo Roberto, o executivo dos grandes contratos da Petrobras. Mal se livrara de uma condenação a sete anos de reclusão graças a uma delação premiada, Youssef reincidia em sua especialidade,

4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

a lavagem de dinheiro. Tinha o amigo e sócio Janene como cliente. Juntos, tinham um hotel, uma agência de viagens em Londrina e uma locadora de automóveis. A proximidade da dupla ia além dos negócios. Os dois se visitavam e se tratavam pelos títulos de compadre e padrinho. "Youssef chegava à casa de Janene e era padrinho pra cá, padrinho pra lá... Compadre pra cá, compadre pra lá. E era muito íntimo na lida das coisas", afirmou Magnus à Justiça Federal. Numa dessas reuniões, Janene prometeu pagar o que chamou de "lua de mel" na Europa para Youssef e a mulher. Em seguida, explicou a ele o motivo da generosidade: "Ela só não pode pensar que você vai fazer aqueles câmbios para mim na França. Não deixe ela sonhar que você está fazendo isso".

DEBOCHE

O empresário Hermes Magnus. Segundo ele, Janene zombava de deputados que procuravam diretores da Petrobras sem sua intermediação (Foto: Reprodução)

Os desvios de dinheiro por meio de contratos superfaturados na Petrobras identificados até agora ocorreram de 2009 a 2014. A morte de Janene por infarto, na fila do transplante de coração, em 2010, não interrompeu a afinada e conveniente parceria entre Youssef e Paulo Roberto. Ao contrário, os laços ficaram ainda mais estreito. Durante a Operação Lava Jato, a PF interceptou e-mails recebidos por Youssef. Uma das mensagens veio de um ressentido João Claudio Genu, ex-chefe de gabinete de Janene e um dos condenados do mensalão. Genu expressava seu "inconformismo" com a aproximação de Youssef e Paulo Roberto.

Aparentemente, aquela altura, o doleiro e o diretor da Petrobras tinham estabelecido uma linha direta, sem intermediários, e Genu perdera seu quinhão no esquema. Paulo Roberto se tornara milionário. A Justiça descobriu que ele mantinha R\$ 51,3 milhões em 12 contas secretas na Suíça.

O depoimento de Magnus reitera uma conclusão: o mensalão e o escândalo da Petrobras são dois esquemas distintos, mas com métodos, causas e consequências semelhantes. A causa é o fisiologismo: garantir apoio no Congresso usando cargos que deveriam ser preenchidos por critérios estritamente técnicos. O método: desvio de dinheiro público para financiar campanhas ou enriquecer os políticos envolvidos. A consequência: corrupção. Com a descoberta do mensalão, em 2005, quando o primeiro mandato de Lula se aproximava do fim, foi preciso assegurar a fidelidade dos mesmos partidos – e dos mesmos políticos – ao governo do PT. Com a reeleição de Lula, o governo continuaria a precisar de apoio no Congresso. E o Congresso não mudara. As regras de Brasília também não. Lula e o PT acomodaram-se às práticas políticas de sempre. E distribuíram aos partidos da base os cargos que os políticos tanto queriam. São aqueles que servem tão somente para gerar favores e dinheiro, seja para campanhas, seja para o bolso de quem está no esquema. Nenhum cargo era tão desejado pelos políticos quanto uma diretoria na Petrobras, a mais rica e poderosa empresa do país. No segundo mandato de Lula, a Petrobras, mais que qualquer outra estatal, ocupou o vácuo deixado pelo mensalão.

5

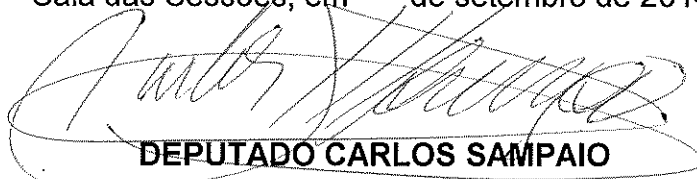


CÂMARA DOS DEPUTADOS

Janene está morto, não pode mais ameaçar nem delatar ninguém. Parentes seus são réus com Youssef na ação penal sobre a lavagem de dinheiro do mensalão. Um deles é Meheidin Jenani, primo de Janene. Magnus, o ex-sócio de Janene, afirma que Meheidin é especialista em assar carneiros e ia constantemente do Paraná a Brasília para preparar carneiros para a então ministra da Casa Civil, e hoje presidente Dilma Rousseff. Procurado por ÉPOCA, Meheidin desconversou. Procurada por ÉPOCA, a assessoria do Planalto disse que Dilma Rousseff não conhece Meheidin, muito menos era fã de carneiros preparados por ele."

Ante ao exposto, entende-se necessário a ACAREAÇÃO entre os citados para prestar esclarecimentos a esta comissão.

Sala das Sessões, em de setembro de 2014.


DEPUTADO CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP